

Entre rastros/heranças: enunciação, hibridismo, alteridade e suas reverberações no pensamento curricular

Resumo

O objetivo deste artigo, em tom ensaístico, é discutir as reverberações de ideias-forças como enunciação, hibridismo, diferença, alteridade na composição de uma perspectiva curricular alinhada a um referencial discursivo de matriz pós-estrutural. Para compreensão do processo não linear de leitura desses tropos e de como esses se conectam são retomadas as leituras que os fizeram emergir, com especial atenção às formulações de Bakhtin e Bhabha, observando suas aproximações e dissensos, percorrendo rastros, tal como dispõe Derrida, não para buscar origem, mas para percorrer os movimentos incertos que permitem deslocar significados e armar a concepção de currículo que tenho mobilizado nas pesquisas em curso: currículo como enunciação cultural. A cultura em seu caráter enunciativo, como produção híbrida que se articula com e na diferença e reclama uma postura ético-política, que emerge de uma dimensão alteritária, é a ideia que alinhava às discussões tecidas e a partir delas, como essas ecoam na defesa de uma dada perspectiva curricular.

Rita de Cássia Prazeres Frangella

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
rcfrangella@gmail.com

Palavras-chave: currículo; enunciação; cultura; diferença; alteridade.

Para citar este artigo:

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Entre rastros/heranças: enunciação, hibridismo, alteridade e suas reverberações no pensamento curricular. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 27, n. 64, p. 103-126, maio/ago. 2026.

DOI: 10.5965/1984723827642026103

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723827642026103>

Between traces/legacies:
enunciation, hybridity, alterity
and their reverberations in
curricular thought

Abstract

The aim of this essayistic article is to discuss the reverberations of key concepts such as enunciation, hybridity, difference, and alterity in shaping a curricular perspective aligned with a post-structuralist discursive framework. To understand the non-linear process of reading these tropes and how they connect, the readings that led to their emergence are revisited, with special attention to the formulations of Bakhtin and Bhabha, observing their convergences and divergences. Following traces, as proposed by Derrida—not to seek origins, but to traverse the uncertain movements that allow for the displacement of meanings—the article develops the conception of curriculum that I have mobilized in ongoing research: curriculum as cultural enunciation. Culture, in its enunciative character, as a hybrid production articulated with and within difference and calling for an ethical-political stance emerging from an alteritarian dimension, is the idea that threads together the discussions developed and, from them, how these resonate in the defense of a particular curricular perspective.

Keywords: curriculum; enunciation; culture; difference; alterity.

Entre huellas/herencias:
enunciación, hibridez, alteridad y
sus reverberaciones en el
pensamiento curricular

Resumen

El objetivo del artículo, en tono ensayístico, es discutir las reverberaciones de ideas-fuerza como enunciación, hibridez, diferencia y alteridad en la configuración de una perspectiva curricular alineada con un referente discursivo de matriz posestructural. Para comprender el proceso no lineal de lectura de estos tropos y cómo se conectan entre sí, se retoman las lecturas que los hicieron emerger, con especial atención a las formulaciones de Bakhtin y Bhabha, observando sus aproximaciones y disensos, recorriendo huellas, tal como propone Derrida, no para buscar un origen, sino para transitar los movimientos inciertos que permiten desplazar significados y configurar la concepción de currículo que he movilizado en las investigaciones en curso: currículo como enunciación cultural. La cultura, en su carácter enunciativo, como producción híbrida que se articula con y en la diferencia y que reclama una postura ético-política que emerge de una dimensión alteritaria, es la idea que articula las discusiones desarrolladas y, a partir de ellas, cómo estas resuenan en la defensa de una determinada perspectiva curricular.

Palabras clave: currículo; enunciación; cultura; diferencia; alteridad.

Prólogo: rastros e heranças

Nada, nem nos elementos nem no sistema, está, jamais, em qualquer lugar, simplesmente presente ou simplesmente ausente. Não existe, em toda parte, a não ser diferenças e rastros de rastros (Derrida, 2001, p. 32).

A herança não é jamais dada, é sempre uma tarefa. Permanece diante de nós, tão incontestavelmente que, antes mesmo de querê-la ou recusá-la, somos herdeiros, e herdeiros enlutados, como todos os herdeiros. [...] todas as questões concernentes ao ser ou ao que há em ser (ou em não ser: or not to be) são questões de herança. [...] somos herdeiros, o que não quer dizer que temos ou que recebemos isto ou aquilo, que tal herança nos enriquece um dia com isto ou aquilo, mas que o ser disso que somos é, primeiramente, herança, o queiramos, saibamos ou não (Derrida, 1994, p. 79).

Quando cheguei ao campo do currículo, como muitos, o que eu queria era entendê-lo como quem lê um manual de instruções de algum equipamento a ser montado e descobrir sua funcionalidade. Por caminhos outros, muito distantes das minhas intenções iniciais, fui seguindo um traçado que compunha um nexo entre currículo, cultura e discurso. Se as questões de linguagem não me eram estranhas, ao contrário, foram elas que me empurraram para o currículo, fui sendo tomada pelos estudos curriculares que se desenvolvem a partir da referência a desses às perspectivas discursivas que defendem, em linhas gerais, a compreensão dos fenômenos sociais como produções discursivas, dando centralidade à linguagem como terreno no qual se institui o ser da realidade, a partir de desdobramentos de apropriações de matrizes teóricas pós-estruturais, principalmente, e em suas diferentes nuances.

Ao desenhar esse caminho percorrido não pretendo estabelecer marcos originários dessas discussões – não mais acredito que o fio de Ariadne¹ possa me levar segura para além do labirinto, mas penso em caminhar nele, observando rastros e heranças, espectros que ressoam nos trabalhos que venho desenvolvendo. Daí que, para achar um descomeço, tal qual Manuel de Barros e daí o encantamento da coisa, tomo o lugar da enunciação como de produção político-cultural, atravessada por negociação com a diferença numa perspectiva alteritária, no que focalizo nos meus estudos, a assunção do currículo como enunciação cultural, como produção híbrida.

¹ Referência ao meu primeiro artigo publicado em livro.

O conceito de enunciação assume um lugar central na argumentação desenvolvida que toma o discurso como instância de produção do social. Essa era uma questão já presente em meus estudos, na defesa da dialogicidade, que se dá no encontro com o outro, que me dá acabamento. O campo curricular foi um traçado cheio de curvas, dobras e desvios para o que punha como problemática no nexo que estabelecia entre linguagem, educação, formação e infância. Assim, o conceito de enunciação nessa perspectiva assombrava minha entrada no currículo. Alinhado a esse conceito, outros se desdobraram e estabeleceram balizadores conceituais para a compreensão dos fenômenos sociais analisados por autores como Homi Bhabha, Stuart Hall, G. Spivak, Virna Daas entre outros que têm sido lidos como filiados a estudos pós-coloniais, ainda que a fronteira que pretensamente delimita o pós-colonial como matriz teórica seja imprecisa e marcada por atravessamentos que, numa perspectiva derridiana, poderíamos dizer que se trata de uma “quase-perspectiva” teórica.

Os autores citados têm focalizado em seus estudos a produção de subjetividades marcadas por um contexto de disputas polarizadas, compreendendo-as como processos de produção de sentido enraizadas na cultura, discutindo como, em contextos coloniais/pós-coloniais (e aí requer o esforço de pensar não só o sentido literal de colonial, mas pensar os contornos contemporâneos desse significante), as relações de poder oblíquas produzem mais que subjetividades fixadas, híbridos culturais que põem em questão a própria noção/desejo de controle e dominação. Analisam e defendem uma cultura hibridizada, o que mobiliza processos outros que requerem a ressignificação da diferença, não mais como ausência e incompletude e daí, relações com o outro, não mais como inferior a ser dominado. Isso posto, a principal pauta dos estudos pós-coloniais se propõe a discutir os essencialismos que estabelecem um único referente, e daí os binarismos que as fixações absolutas engessam. Assim, assumem tratar de um contexto em que o que se marca não são as fixações, mas os fluxos que territorializam/desterritorializam, processos vividos não como perda ou posições excludentes/dicotômicas, mas como movimentos intercambiáveis e constituintes de outras relações, que não mais tendo um centro de referência, são ex-cêntricas, ex-temporalidades, hifenizações em que não se trata de um ou outro, mas de discutir as “possibilidades do impossível” (Derrida, 2004).

Assim, destaco aqui nesse rol de estudos o trabalho de Homi Bhabha, autor com quem tenho dialogado em meus trabalhos e que constrói uma argumentação em que se observa claramente a intenção de desconstrução desses essencialismos, focalizando no caráter discursivo de produção cultural que abala as certezas que o lugar original confere de fidedignidade e referência. Para fazê-lo, uma das questões centrais da sua obra é a discussão acerca da enunciação e da defesa do lugar produtivo que nomina como terceiro espaço, crucial para a análise que faz da cultura como produção híbrida. Ao contestar a ideia de origem, de marco referencial de uma dada identidade, Bhabha (2001) remete à ideia de um sujeito cingido, abalando a própria ideia de identidade, tratando então de identificações produzidas nos atravessamentos, deslocamentos de significação sempre contingentes que se dão em lugares fronteiros, evidenciando o caráter ambivalente das significações e a impossibilidade de fechamento total.

Para tanto, Bhabha (2001) explica que essa mobilização se dá nesse terceiro espaço da significação, um entre-lugar, para ele, o *lócus* da enunciação. A própria forma como enuncia a questão a explicita: entre-lugar, não por estar “no meio” de diferentes significações, o que implicaria contraditoriamente uma espacialização e fixação de lugares próprios onde diferentes significados se enfrentariam – o entre marca o não lugar, se apresenta como acontecimento, contingencialmente mobilizado/instaurado nos deslocamentos de significação, no que também chama disjuntivo. Nesse acontecimento “entre” se constitui como o que o autor chama de produção híbrida, um *lócus* de enunciação em que

[...] a produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um terceiro espaço, que representa tanto as condições gerais da linguagem quanto a implicação específica do enunciado em uma estratégia performativa e institucional da qual ela não pode, em si, ter consciência (Bhabha, 2001, p. 66).

A despeito das críticas possíveis que a ele se faça, há que se observar a potência das análises que propicia:

A despeito dos diferentes usos, o conceito permite operar dois movimentos fundamentais. O primeiro é desconstrutivista: ao revelar o traço híbrido de toda construção cultural, busca-se desmontar a possibilidade de um lugar de enunciação homogêneo. Qualquer lugar da enunciação é, de saída, um lugar heterogêneo, de modo que a pretensão de homogeneidade é sempre arbitrariamente hierarquizadora. O segundo movimento é, se assim se pode dizer, normativo: o hibridismo define uma condição global cosmopolita. Trata-se

da referência a uma cultura e a um mundo híbrido como alusão a uma *ecumene* mundial acima das barreiras raciais, nacionais, étnicas etc.: “uma cultura internacional, baseada não no exotismo do multiculturalismo ou na *diversidade* de culturas, mas na inscrição e na articulação de culturas da *hibridez* (Bhabha, 1994, p. 38 *apud* Costa, 2006, p. 123-124).

Ainda que por vezes haja uma ideia simplista de elogio ou banalização do híbrido, numa visão que também o fixaria como imagem salvacionista para as questões postas na contemporaneidade, a concepção de hibridismo de Bhabha não se trata da constituição de um terceiro apaziguador, mas a rasura, a diferença indelével que demanda negociação, que implica a impossibilidade de demarcação de origem porque tudo é rastro, é fluxo que atravessa um terceiro espaço e toda fixação é provisória, é enunciação num fluxo de significação.

Se a cultura como epistemologia se concentra na função e na intenção, então a cultura como enunciação se concentra na significação e na institucionalização; se o epistemológico tende para uma reflexão do seu referente ou objeto empírico, o enunciativo tenta repetidamente reinscrever e relocalar a reivindicação política de prioridade e hierarquia culturais (alto/baixo, nosso/deles) na instituição social da atividade de significação. [...] o enunciativo é um processo mais dialógico que tenta rastrear deslocamentos e realinhamentos que são resultado de antagonismos e articulações culturais – subvertendo a razão do momento hegemônico e recolocando lugares híbridos, alternativos, de negociação cultural (Bhabha, 2001, p. 248).

Nesse percurso, enveredo então na discussão acerca de enunciação, hibridismo e alteridade, incitada pelos diálogos tecidos pelo próprio Bhabha e daí também a herança bakhtiniana. Não aleatoriamente escolhi as palavras rastros e herança para designar/explicar ao que me proponho/desafio: ao fazê-lo, remeto à concepção que se depreende do trabalho de Bhabha e também orienta a leitura que faço. Não busco localizar Bakhtin em meio as suas proposições. Reconheço que Bakhtin ali está como rastro, em seu caráter espectral.

Trata-se então de presença e ausência, duplos em rasura, marcados pela indecidibilidade. Assumir os rastros de Bakhtin no que Derrida chama de herança, implica para além da aquiescência calma que acolhe, aceita e mantém intacta; não se trata apenas de um sim de aceitação, nem tampouco a negação da herança. É um talvez! “O talvez mantém a questão em vida, na juntura desarticulada do possível e do impossível? Do possível como im-possível?” (Derrida, 2004, p. 259).

Rastros/herança em Bhabha; rastros/heranças em mim no meu tornar-me curricularista – uma tarefa inconclusa – que tal como defendo, se move nas fronteiras: currículo-infância-alfabetização-formação compõem minhas questões, me fazem mergulhar no pensamento curricular como quem desce as corredeiras de um rio – em fluxo, aberta às imprevisibilidades do curso d'água. Os estudos que vinha desenvolvendo me permitiram que alinhasse linguagem e cultura numa dimensão dialógica e constitutiva, numa perspectiva alteritária de formação que me fizeram interrogar o currículo.

Assim, minhas motivações nessa reflexão são perseguir esses rastros, recuperar diálogos na leitura – minha leitura, atravessada/dialogicizada pelas leituras que tenho desenvolvido em meus trabalhos a partir da obra de Bhabha – de forma a compreender o que venho delineando como horizonte de discussão: currículo como enunciação cultural e daí como um híbrido que se articula de forma alteritária. Trata-se, sobretudo, de na linha do que Derrida (2001) afirmou, assumir que

[...] é preciso, sobretudo, ler e reler aqueles autores nos rastros dos quais eu escrevo, aqueles 'livros' em cujas margens e entrelinhas eu desenho e decifro um texto que é, ao mesmo tempo, muito semelhante e completamente outro, e que eu hesitaria, por razões evidentes, em chamar de 'fragmentário' (Derrida, 2011, p. 11).

Nos rastros das enunciações...

Bhabha (2001), em sua obra "O Local da Cultura", se dedica à discussão acerca da cultura, diferença e processos de subjetivação no contexto contemporâneo, marcado por uma história de imposição de imagens fixadas de uma autoridade cultural que justificavam as ações coloniais de subordinação, dominação e expropriação. Bhabha desafia a narrativa histórica de identidade cultural homogênea, unificada, pacificada; fratura essa ideia ao defender que

todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender porque as reivindicações hierárquicas de originalidade ou pureza inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo (Bhabha, 2001, p. 67).

O próprio título da obra pode ser interpretado como um desafio: há um local da cultura? E a resposta é dada ao longo do livro na defesa de que esse local não é fixo, é um terceiro espaço – poroso, borrado; enunciativo e híbrido. Nesse sentido, há rastros da teoria da enunciação bakhtiniana nas formulações de Bhabha, principalmente no que o próprio afirma: "trato do intento de Bakhtin de individuar a agência social como efeito subsequente do intersubjetivo" (Bhabha, 2001, p. 261).

O conceito de enunciação/enunciado é importante no campo dos estudos da linguagem, sendo significado diferentemente a partir de perspectivas teóricas distintas. Não é possível compreendê-lo per si, mas isso só é possível na articulação com outros conceitos que permitem compreender os caminhos que percorrem e ao mesmo tempo propõem.

A perspectiva enunciativa-discursiva de Bakhtin tem sido relida e se dá devido ao que autores apontam como contribuição de Bakhtin aos estudos do discurso e o conceito basilar de sua teoria – o dialogismo, num entendimento de diálogo para além da interação face a face e que se dá na interação verbal. O diálogo não se dá apenas entre duas pessoas e não é fenômeno puramente linguístico – a estrutura sónica se constrói *“antes de tudo pela situação social mais imediata”* (Bakhtin, 2004, p. 112). É a concepção dialógica da linguagem o princípio unificador da obra de Bakhtin, “[...] a enunciação é de natureza sociológica e a própria cadeia verbal, à qual se reduz, em última análise, a realidade da língua é social. Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a dinâmica da sua evolução” (Bakhtin, 2004, p. 122).

A tomada da questão dialógica para Bakhtin põe em xeque as bases da linguística clássica – não se trata de um emissor e um receptor em relação, nem tampouco o exame da língua enquanto forma, observada em sua materialidade linguística, mas se assenta na perspectiva de uma discursividade como acontecimento, na qual sob a palavra, há tantas outras, audíveis ou não, e que dado a isso, é impossível prendê-la ou prevê-la por formalismos da língua. O princípio da sua concepção é a dialogia. Barros (2005) assinala a contribuição de Bakhtin como precursor de orientações que têm sido desenvolvidas pelas teorias do discurso nos últimos anos, principalmente pela ideia central assumida pelo autor em várias obras – o discurso é fenômeno social. Em *“Questões de literatura e estética”*, Bakhtin (1988) afirma:

O objetivo deste trabalho é eliminar a ruptura entre o formalismo e o ideologismo abstratos no estudo do discurso literário. A forma e o conteúdo estão unidos no discurso, entendido como fenômeno social – social em todas as esferas da sua existência e em todos os seus momentos – desde a imagem sonora até os estratos semânticos mais abstratos (Bakhtin, 1988, p. 71).

E continua:

Para servir às importantes tendências centralizantes da vida ideológica verbal europeia, a filosofia da linguagem, a linguística e a estilística buscaram antes de tudo a unidade na diversidade. Esta excepcional “*orientação para a unidade*”, na vida presente e passada das línguas fixou a atenção do pensamento filosófico-linguístico sobre os aspectos mais resistentes, mais firmes, mais estáveis e menos ambíguos do discurso (sobretudo os aspectos fonéticos), enfim, os aspectos mais distanciados das esferas sócio-semânticas mutáveis do discurso. Do ponto de vista ideológico, a “consciência linguística”, real, saturada de ideologia, participante de um plurilinguismo e de uma plurivocidade autêntica, permanecia fora do campo de visão dos estudiosos. Esta mesma orientação para a unidade obrigava-os a ignorar todos os gêneros verbais (folclóricos, retóricos, prosaicos, literários), portadores das tendências descentralizantes da vida linguística ou, em qualquer caso, participantes substancialmente do plurilinguismo. A expressão desta consciência da pluralidade e da plurivocidade das línguas nas formas específicas e nos fenômenos da vida verbal não teve nenhuma influência determinante sobre os trabalhos linguísticos e estilísticos (Bakhtin, 1988, p. 84).

Poderíamos chamar atenção que a sua proposição é a tomada da linguagem em actu (Bhabha, 2001). Assim, se a linguagem tem como princípio a dialogia, isso se dá numa relação de alteridade. A alteridade e a diferença são princípios constitutivos da linguagem e dos processos de significação. A partir de uma análise sócio-histórica, Bakhtin critica a visão saussuriana de normalização do signo, que o torna previsível, repetível. O entendimento do signo como arena de confronto em torno do significado/sentido pressupõe negociação, articulação na constituição do que Bakhtin (2004) chama de auditório social. Assim, sugere o caráter dinâmico e dialógico da linguagem como espaço formativo em que não há “nem um nem outro”, mas um espaço dialógico de desarticulação/articulação e não de substituição da linguagem. O embate gerado, as negociações enfrentadas são processos produtivos que reconstroem continuamente a linguagem e os sujeitos. É nos atravessamentos, numa relação alteritária constitutiva do eu com o outro, para além da presença física, que o sujeito se constitui.

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela determinada tanto pelo fato que procede de alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a uma relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em

relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. [...] mas como se define o locutor? Com efeito, se a palavra não lhe pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteira, cabe-lhe, contudo, uma boa metade. Em um determinado momento, o locutor é incontestavelmente o único dono da palavra, que é então sua propriedade inalienável. É o instante do ato fisiológico de materialização da palavra. Mas a categoria da propriedade não é aplicável a esse ato, na medida em que ele é puramente ideológico (Bakhtin, 2004, p. 113).

Penso ser importante destacar o contexto de produção da obra de Bakhtin, uma trajetória diaspórica e turbulenta de produção intelectual e da constituição do chamado círculo de Bakhtin que traz em si elementos para pensar a elaboração dos conceitos de dialogia e alteridade, e que é suscitado na discussão acerca da autoria contestada de textos produzidos no âmbito do círculo². Ao referir-me ao Círculo, retomo a organização de grupos intelectuais que se organizam num tempo de efervescência cultural na Rússia/URSS nos anos de Bakhtin. Poderia falar de *círculos bakhtinianos* dadas as diferentes fases e contextos pelos quais esse, numa trajetória marcada por deslocamentos e oscilações, passa. Trata-se de um contexto que vai da observância de uma produção discutida e fomentada em um projeto societário que envolve o esforço de emancipação coletiva à uma produção perseguida, culminando no exílio/prisão de seus membros. Brait e Campos (2009) falam desses muitos círculos dando destaque às mudanças geográficas e contextuais que marcam essa produção coletiva. As autoras trazem elementos da biografia de Bakhtin e destacam a ida de Orel, sua cidade de nascimento, a Vilnius, capital da Lituânia, para realização dos estudos secundários. Trata-se de uma colônia russa, com a língua russa e a religião ortodoxa como instituição oficial, mas de maioria polonesa e lituana, católica, e que contava com forte presença judaica, que falava iídiche. Além disso, trata-se de um período pré-revolução de 1917 (1911-12), de intensas leituras e discussões, entre outros, de Nietzsche, Baudelaire... (Brait; Campos, 2009, p. 19). Esse contexto plural se marca no trabalho de Bakhtin, o que se torna

² Ainda que esse seja um tema importante para o próprio Bakhtin, foge aos objetivos deste texto adentrar na discussão e polêmica em torno da autoria de textos de Bakhtin-Voloshinov- Medvedev.

Sobre a temática foi publicado um número especial pela revista Bakhtiniana (2014). Além disso, há obras que se voltam para a questão e que têm sido debatidas em diferentes fóruns. Ver: HOLQUIST, Michael; CLARK, Katerina. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul, BOTA, Cristian. *Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

possível perceber no que o autor elege como problematização em seus trabalhos – as muitas vozes que, em diálogo, tramam o discurso.

A sua posterior inserção no círculo, num primeiro momento em Nevel, no Seminário Kantiano, e depois Vitetbsk, se dá em meio às discussões do círculo num contexto de profundas mudanças a partir das orientações leninistas. Aqui meu interesse primeiro não é historiar o círculo, mas trazer para debate o que penso se desdobrar na concepção dialógica, na defesa que Bakhtin faz. A primeira questão é a interdisciplinaridade do círculo bakhtiniano que não é exclusivamente formado por acadêmicos, nem mesmo circunscrito a uma área de estudo específico, a um tema único: composto por músico, biólogo, jornalista, poeta, escultor, professor, linguista... Arán (2014, p. 9) destaca:

os integrantes do Seminário kantiano são capazes de gerar uma série de propostas nas quais o que importa, além dos matizes pessoais e da inflexão mais sociológica ou mais filosófica, é a autoria compartilhada na elaboração de um projeto científico interdisciplinar, conceito muito estimulante, do meu ponto de vista, porque atualiza um princípio teórico que aprendemos com Bakhtin: toda palavra é semiprópria/semialheia.

Ou seja, a questão tão discutida por Bakhtin, principalmente na análise crítica que faz do trabalho de Nicolau Marr (em *Marxismo e filosofia da Linguagem*), refutando-a e defendendo a tese que a enunciação é de natureza social, apresenta-se na composição do círculo. Há uma autoria partilhada, uma produção coletiva que delineia um movimento em que ao afirmar essa natureza social, destaca o outro, numa relação de alteridade intersubjetiva. Ao explicar a estrutura da enunciação, diz:

[...] o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. Só o grito inarticulado de um animal procede do interior, do aparelho fisiológico do indivíduo isolado. É uma reação fisiológica pura e não ideologicamente marcada. Pelo contrário, a enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto de condições de vida de uma determinada comunidade linguística (Bakhtin, 2004, p. 121).

Assim, se o centro organizador é externo, esse processo enunciativo se dá incitado na relação com esse outro. Com o círculo, numa produção ampliada por múltiplos

discursos que se colocam em debate, no contexto de uma produção de ideias acerca da mobilização e emancipação social, a palavra não pertence a um sujeito, ela é a ponte entre eu e o outro, mobilizado na enunciação.

Essa é uma temática problematizada e que se dá atrelada às mudanças vivenciadas no contexto de produção do próprio círculo que se, num contexto leninista, é convocado a participar da construção de um novo projeto social, com a ascensão de Stalin, vivencia a ruptura das ideias centrais que até então direcionam as discussões, com a emergência de “uma política reformista de feição nacionalista, voltada para a construção de uma identidade nacional de unificação dos Estados soviéticos sobre a base de uma unidade da língua, el gran ruso” (Aran, 2014, p. 9). Ao longo de sua obra, evidencia-se o combate acirrado a uma concepção monológica. Assim, num contexto em que a busca pela homogeneização se dá, na própria concepção dialógica do autor, observa-se o deslocamento na produção de uma contra-palavra.

Dessa forma, isso se dá no adensamento da sua discussão acerca do eu e o outro, na exigência do outro como constitutivo do eu, da diferença como constitutiva desse processo. A significação se dá a partir do contexto e no encontro com o outro que não sou eu, atravessada por uma gama de questões que compõem os “horizontes concretos vivenciáveis que não coincidem” entre eu e o outro, um lugar único e, dado a isso, irrepetível. Aqui a questão no uso do termo único é importante de ser discutida: Bakhtin enfatiza na obra “Estética da criação verbal” esse caráter único do sujeito, o seu lugar único e determinado (contextualmente) fora do outro. Essa ênfase no único é que garante a multiplicidade – trata-se do único como singular, insubstituível e não passível de homogeneização; é o único, entendido como múltiplo – muitos “únicos”, pois cada sujeito, em sua singularidade, oferece sentidos próprios nessa corrente de linguagem.

Dá o entendimento que a palavra nunca nos pertence de forma absoluta, nem puramente é produção individual – ela traz em si tantas camadas em sua produção, que se desdobram de aspectos que também não podem ser fixados. Ao enfatizar que o centro de produção da palavra é externo, Bakhtin afasta-se de perspectivas essencialistas, que observam a palavra como produto que exterioriza um trabalho intrínseco do sujeito.

Há aí um deslocamento desse sujeito não mais como originador, não mais o "Adão bíblico" (Bhabha, 2001, p. 262) que põe o autor como agente. Nesse ponto, Bhabha se alinha a Bakhtin na compreensão de contingência como contiguidade, ainda que observando o limite da sua teorização que é o entendimento do contexto social como localização da elocução. São ideias como sobretons dialógicos, interpelação, os múltiplos planos da elocução que, na análise de Bhabha, "apontam para uma temporalidade intersubjetiva iterativa na qual a agência é percebida fora do autor" (Bhabha, 2001, p. 262).

Essa é uma questão cara teorização de Bhabha que, ao propor pensar a cultura nos termos da enunciação da diferença cultural, alinhado ao entendimento dessa temporalidade intersubjetiva, na cisão do sujeito-autor proposto por Bakhtin. É nesse espaço intersubjetivo, um terceiro espaço irrepresentável, impossível de ter seu local determinado, que se dão as condições discursivas de enunciação.

[...] é o "inter"- o fio cortante da tradução e da negociação, o entre-lugar - que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que se comecem a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionais do povo. E, ao explorar esse terceiro espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos (Bhabha, 2001, p. 69).

Ressoa aí a concepção dialógica da enunciação que Bakhtin prenuncia: uma visão de linguagem constituída pela duplicidade – marcada pelo eu e outro que não se fundem, pelas muitas vozes que compõem o diálogo social, pelos “milhares de fios dialógicos” que cruzam essa produção; e pela indeterminação – ainda que ressalte que essas vozes são ideológica e contextualmente determinadas, isso não implica um mundo único: acentua a existência de valores múltiplos, mundos múltiplos, a existência/exigência da palavra alheia e aí na observação do tradutor para o uso do alheio (tchujoi, literalmente, de outrem, mas traduzido também como alheio ou estrangeiro) (Bakhtin, 1998, p. 85), nas línguas alheias no limite de uma mesma língua. Assim, o que se infere é que a produção do discurso não resulta numa obra acabada, que o torna conhecível e de possível repetição, caso o fosse, ele seria dublado, envolto numa compreensão passiva, dada a sua artificialização, uma vez que seria então retirado do diálogo, da corrente viva da linguagem. Desdobra-se dessa perspectiva a ideia do discurso como acontecimento único, singular, irrepetível, que entrecruza a marca da responsividade à responsabilidade,

o que o autor trata em “Para uma filosofia do ato” (2010) e adensa a discussão acerca da alteridade como articuladora do princípio dialógico da sua concepção de linguagem.

Nessa obra, o autor retoma a questão a alteridade na discussão acerca da produção do conhecimento, tematizando não o pensamento, mas o ato de pensar a partir de uma perspectiva desse como ato ético-estético. Aqui retoma a questão de base da sua obra – o dialogismo como fundamento da linguagem – e a formulação que dá a ele – centro é exterior, marcado pela responsividade. Daí desenvolve que essa responsividade é preciso ser pensada nos termos de responsabilidade – no que afirma o não-álibi da palavra e isso se dá pelo caráter de não determinação, pelo acontecimento irrepetível, não passível de normalização e reprodução, acontecimento que se dá no encontro com o outro e onde me afirmo como eu. A responsabilidade que emerge desse acontecimento singular.

O valor da dúvida não entra em contradição, de modo algum, com a verdade (pravda) única e unitária: é precisamente esta verdade única e unitária do mundo que exige dúvida.

É exatamente essa verdade que requer de mim realizar plenamente, do meu lugar único, minha participação única no Ser. A unidade do todo condiciona os papéis únicos e absolutamente irrepetíveis de todos os participantes. Se o Ser fosse algo determinado, acabado e petrificado com relação ao seu conteúdo, ele destruiria a multidão dos mundos pessoais unicamente válidos, mas é justamente esse Ser que produz pela primeira vez o evento unitário.

Um evento unitário e auto-equivalente é alguma coisa que poderia ser lida, post factum, por uma consciência destacada (não-participante), não interessada no evento; mas mesmo nesse caso haveria ainda algo que permaneceria inacessível a ela, isto é, a própria eventicidade do evento. Para um participante real da ocorrência do evento, tudo é atraído em direção e concentrado em volta do ato ou ação únicos que ele está para realizar não em sua totalmente não-predeterminada, concreta, única e forçada obrigatoriedade. O ponto é que não há contradição nem tem de haver contradição entre as visões de mundo valorativas de cada participante, seja de dentro da consciência de cada um, seja simplesmente do lugar único ocupado por cada um deles. A verdade (pravda) do evento não é a verdade que é auto-idêntica e auto-equivalente em seu conteúdo (istina), mas é a posição justa e única de cada participante, a verdade (pravda) do dever ser concreto, real, de cada participante (Bakhtin, 2010, p.63-64).

O que se observa é que Bakhtin explora a espessura desse processo de enunciação e mantém a tensão entre esse eu e outro diferentes, na duplicidade da contemplação-acabamento que essa relação alteritária provoca e que ao mesmo tempo convoca o sujeito.

Amorim (2009, p.35-36) em análise dessa obra, diz:

Estamos longe da estética da pura expressão individual porque isso daria à cultura um caráter fortuito que Bakhtin recusa. Estamos longe também de qualquer empreendimento solipsista ou introspectivo na busca de sentido. E aqui aparece outra dimensão do sentido que irá aparecer nos textos posteriores como um verdadeiro eixo da obra bakhtiniana: a questão da *alteridade*.

O simples fato de que a partir de meu lugar único no ser eu veja, eu conheça o outro, eu pense nele, eu não o esqueça, o fato de que *para mim também ele é*, eu sou o único a poder fazê-lo para ele em um momento possível em todo o ser. É precisamente o ato do vivido real em mim que completa seu ser, ato absolutamente aproveitável e novo, e que eu sou o único a poder efetuar.

Vê-se então que o ato singular ou a realização da minha singularidade é também algo que completa o ser do outro. A não-coincidência com o outro, com o seu lugar, é também lugar produtor de sentido que, mais uma vez, se dá na articulação de diferenças. Antes, diferença do singular com o universal, do concreto com o abstrato; agora, também, diferença do concreto com o concreto, do singular com o singular. Alteridade e intersubjetividade aparecem então como a outra dimensão que confere sentido ao *ato*. Acredito poder dizer que o sentido do pensar em Bakhtin está numa dupla alteridade: a dos múltiplos sujeitos e a da cultura. Do mesmo modo, deduzo que a responsabilidade também é dupla: face ao *outro* e face ao *Outro*. Face ao sujeito concreto e singular e face ao conhecimento objetivo, abstrato e universal. Devo responder a ambos, pois ambos dependem de minha realização singular para poderem ser.

Assim, mais uma vez destaca-se a questão da diferença como articuladora do sentido e que esse se realiza na cultura, no ser-acontecimento do qual não posso ignorar a responsabilidade que advém da responsividade constitutiva desse evento, que se faz orientado contextualmente, mas que isso não determina o eu em absoluto, pois se é em face ao outro que ele se constitui, se é o outro que lhe permite o acabamento, é um outro diferente que o faz e daí não o fixa em absoluto.

Essa dinâmica é explorada na importância e desenvolvimento que o autor dá a ideia de plurilinguismo e na discussão que desenvolve principalmente em “Questões de literatura e estética”. Explica daí o que a partir de então passa a nominar e discutir como plurilinguismo:

A estratificação interna de uma língua nacional única em dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos), enfim, toda estratificação interna de cada língua em cada momento dado de sua existência histórica constitui premissa indispensável ao gênero romanesco. E é graças a esse *plurilinguismo social* e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orchestra os seus temas, todo o seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo (Bakhtin, 1998, p. 74, grifo próprio).

Dá que se entende o plurilinguismo social como uma multiplicidade de vozes, uma linguagem habitada por muitos outros dialogizados. Em virtude disso, enfrenta a discussão acerca da linguagem e língua única e os processos de centralização/unificação, como forma de superação – ainda que não definitivo e absoluto – do plurilinguismo, assumindo esse processo de centralização, em que atuam as forças centrípetas da língua como momento criador que cria “no interior desse plurilinguismo nacional um núcleo linguístico sólido e resistente da linguagem literária oficialmente reconhecida, defendendo essa língua já formada contra a pressão do plurilinguismo crescente”(Bakhtin, 1998, p. 81).

Dessa forma, explica que o processo de centralização não homogeneiza de forma absoluta a língua, mas a disputa, uma vez que essa centralização se dá dentro de um plurilinguismo. Essa tensão produtiva e que permite antever, mesmo diante de uma linguagem reconhecida, outras vozes constitutivas e que reclamam espaço, é explicada pela relação entre as forças centrípetas e centrífugas da língua. Ao recorrer a essa imagem, leio aí questões que incidem e, concomitantemente, significam o dialógico em Bakhtin: a produção discursiva é sempre obra de luta, resposta ao outro, ainda que processos de centralização/unificação/estabilização sejam incitados; essa centralização não advém de um centro referencial definido previamente, ou posto intrinsecamente – se estabelece como centro na articulação em processos sócio-políticos-culturais, retomando sua própria assertiva, o centro organizador é exterior e dialogicamente constituído; sendo assim, se concomitantemente agem forças centrípetas e centrífugas, se mantém em aberto o processo de produção discursiva, na defesa da linguagem viva, da enunciação viva, como processo inacabado, na tensão entre estabilidade/instabilidade que mobiliza enunciação – de forma ampla, o corte alteritário se revela aqui também como irresolúvel tensão entre eu e o outro, entre a voz e as muitas vozes que constituem a linguagem.

Nas palavras do próprio Bakhtin (1998, p. 82):

[...] as forças centrípetas da vida linguística, encarnadas numa língua “comum”, atuam no meio do plurilinguismo real. Em cada momento da sua formação a linguagem diferencia-se não apenas em dialetos linguísticos, no sentido exato da palavra (formalmente por indícios linguísticos, basicamente por fonéticos), mas, o que é essencial, em línguas sócio-ideológicas: sócio-grupais, “profissionais”, “de gênero”, de gerações, etc. A própria língua literária, sob esse ponto de vista,

constitui somente uma das línguas do plurilinguismo e ela mesma por sua vez estratifica-se em linguagens (de gêneros, de tendências, etc.). E esta estratificação e contradição reais não apenas a estática da vida da língua, mas também a sua dinâmica: a estratificação e o plurilinguismo se ampliam e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se; ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação.

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas como das centrífugas. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e de desunificação cruzam-se nesta enunciação, e ela basta não apenas à língua, como sua encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilinguismo, tornando-se seu participante ativo. Esta participação ativa de cada enunciação define para o plurilinguismo vivo o aspecto linguístico e o estilo da enunciação, não em menor grau do que sua pertença ao sistema normativo-centralizante da língua única. Cada enunciação que participa da “língua única” (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilinguismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras).

O longo excerto justifica-se pela possibilidade de explicação da compreensão desse plurilinguismo como constitutivo do discurso, aludindo a implicação da manutenção da tensão estabilidade/instabilidade como decorrência do princípio dialógico/alteritário. A manutenção desse jogo instável advém da interação dialógica que complexifica essas relações e se confronta com a ideia de conclusividade, o que encerraria o diálogo.

O plurilinguismo e a plurivocidade no discurso não se acessam na compreensão passiva do discurso, assentada no fundo de uma língua, num significado linguístico normatizado somente, mas requer seu “sentido atual”, tendo como tela outras enunciações concretas, uma produção de enunciações onde essa se dá no âmbito do outro – no deslocamento ao outro. Essa dinâmica marca e retoma uma perspectiva de dialogicidade interna do discurso, o discurso de eu como outro e eu com o outro, um entrelaçar de discursos próprios e alheios. Como ressalta Bakhtin (1998, p.92), “o discurso como que vive na fronteira do seu próprio contexto e daquele de outrem”.

Esse estar na fronteira marca a duplicidade envolvida nas enunciações, ou melhor, na afirmativa de que a palavra só pertence a um único sujeito enquanto produto do aparelho fonador, caso contrário, ela é coletiva, fruto do diálogo de *linguagens*. Nesse sentido, nas disposições de Bhabha (2001, p. 167) a ideia de um plurilinguismo racha a lógica do discurso colonialista que deseja que "seu discurso seja não dialógico, sua

enunciação seja unitária, não marcada pelo traço da diferença." Na análise que faz, Bhabha destaca a instabilidade da significação cultural, numa temporalidade intersubjetiva que habita um espaço de indeterminação e duplicidade; fronteiras ambíguas e imprecisas, ressaltando o caráter plurilíngue de discurso, o que em Bakhtin tem a formulação de construção híbrida:

Denominamos construção híbrida o enunciado que, segundo índices gramaticais (sintáticos) e composicionais, pertence a um único falante, mas onde, na realidade, estão confundidos dois enunciados, dois modos de falar, dois estilos, duas linguagens, duas perspectivas semânticas e axiológicas. Repetimos que entre esses enunciados, estilos, linguagens, perspectivas, não há nenhuma fronteira formal, composicional ou sintática: a divisão das vozes e das linguagens ocorre nos limites de um único conjunto sintático, frequentemente nos limites de uma proposição simples, frequentemente também, um mesmo discurso pertence simultaneamente às duas línguas, às duas perspectivas que se cruzam na construção híbrida e, por conseguinte, tem dois sentidos divergentes, dois tons. As construções híbridas têm uma importância capital para o estilo romanesco (Bakhtin, 1988, p.110-111).

A construção híbrida é um dos procedimentos de criação da linguagem do romance (dos três elencados pelo autor). A hibridização implica no encontro de duas linguagens sociais, marcadas em suas diferenças. Essa mistura não implica fusão amorfa, mas traz uma bivocalidade que acentua não a simples mistura, mas o confronto entre pontos de vistas que não se alinham meramente, mas emergem carregados de novas visões de mundo. A lógica da responsividade aqui se reapresenta: o híbrido se constitui de forma dialógica, na resposta ao outro que o diálogo convoca e aqui, no encontro/enfrentamento entre diferentes posições produzindo um outro enunciado distinto. O autor ressalta que o híbrido opera no reconhecimento de uma linguagem própria numa linguagem do outro, de uma visão do mundo na visão de mundo do outro, o que podemos entender como decorrência do processo alteritário de produção do discurso.

E para pensar o currículo: de deslocamentos e reinscrições

Rastros, vestígios onde me levam? Herança que me compromete com que? O que me assombra? Tenho que voltar ao currículo! Afinal, foi a isso que me propus, mas é um retorno inquieto, ciente do que diz Derrida (2001) de que a herança é a reafirmação, ainda que crítica, de uma dívida.

Não há retorno porque não há para onde voltar - tudo é deslocamento e reinscrição e assim reinscrevo essas ideias que me assombram no que venho formulando como currículo e naquilo que venho buscando argumentar: currículo como enunciação cultural, assumindo-o como atividade de significação que não se dá em busca de um significado que possa ser estabilizado, repetindo a ideia de Bhabha (2001, p.167), que "seu discurso seja não dialógico, sua enunciação seja unitária, não marcada pelo traço da diferença."

Aqui também é possível recorrer a ideia de Bakhtin da estabilidade/instabilidade, da ação de forças centrípetas e centrífugas da linguagem, tomando o currículo como tal. No campo curricular contemporâneo se coloca como ponto de discussão a ideia de centralização curricular, um discurso presente e recorrente que tensiona, que busca formas de engendrar uma certa validade a uma dada concepção de educação/formação. Contudo, essas forças atuam concomitantemente a emergência/enfrentamento de diferentes projetos, pontos de vista, diferentes discursos que instabilizam os processos educativos-pedagógicos. Esse jogo, muitas vezes polarizado e visto como problema a ser superado, precisa ser observado em sua produtividade – é a tensão entre essas formas, a ambiguidade desse processo que o faz vivo.

Assim, compreendo a produção curricular como negociação constante, que se afasta da ritualização, da sacralização – o currículo a ser seguido, lido como regra absoluta –, que empobrece as possibilidades de criação, que são sempre contingenciais; contudo, também não implica que a criação seja sempre o inédito, mas o novo na iterabilidade que, de forma singular, não apenas repete, mas vaza, transborda – e esse transbordamento, sempre singular, é outro, o outro

O currículo pode ser visto como forma de enunciação que se dá num espaço de ambivalência de discursos e práticas. Percebo que o desafio do trabalho assumindo o currículo como discurso não se trata de pensar em termos de aplicabilidade dos conceitos na análise/produção curricular, o que me parece reducionismo e obliteração, mas pensar em como eles me permitem interrogar o currículo a partir de então.

Assim, penso o currículo como prática discursiva no qual há articulação/produção de significados/sentidos, ou seja, o currículo é espaço discursivo. Ainda que esse discurso não seja construído de forma plena e acabada, ele institui os sentidos atribuídos às ações,

fomenta e torna possíveis desejos e projeções de trabalho. Como discurso, elabora, concorre, constrange, amplia os conceitos-chave em torno dos quais gravita a produção na educação.

Como movimento de linguagem o currículo não nasce pronto e acabado, traz em si a dimensão do fazer-se continuamente a partir da ação dos múltiplos agentes que nele se articulam, exige diálogo e negociação, assim a elaboração curricular pode ser entendida como campo de construção de linguagem. É possível compreender que essa construção não se dá na busca de um sentido único, mas considerando a interação e o diálogo como forma de produção, isso ressalta o currículo como campo de enfrentamento entre diferentes discursos, atos de enunciação cultural que remetem a grupos diferenciados. Assim, o diálogo se dá no espaço entre culturas, entre formas de se narrar enquanto sujeito e grupo, na fronteira. Isso não significa que há fechamento total ou síntese possível, mas o que há é um fechamento provisório. Assim, na linguagem se dá a tradução incompleta, o entre-lugar como espaço significativo de construção de múltiplas histórias que não se unificam, mas podem dialogar, construindo outras, hibridizadas nas diferenças negociadas.

Nesse sentido, a leitura que faço de Bhabha (2001), Bakthin (1998, 2003, 2004), aqui postos em destaque, mas também de Derrida (2001) e outros, incide sobre a disposição de disputar a significação curricular, pautada pelo desafio de fazê-lo como forma de questionar um sentido de verdade que, plasmada no fazer curricular, garante e justifica uma normalização/padronização da prática pedagógica. Penso ser relevante explicitar o uso que faço da ideia de normalização: trata-se de realçar, mais que normatividade - do desejo da norma, inerente ao processo político e o que o tensiona e movimenta -, infiro sobre o que se estabelece como “normal” e expurga o que não é espelho - diferença posta sob a sombra da anormalidade, do que não é próprio, não é certo, não é admissível. A construção desse outro/inimigo se dá na delimitação de fronteiras rígidas, margens sem atravessamento, na recusa da diferença, impele a um movimento que o outro só é considerado como tal se for outro/eu.

Isso posto, tal formulação se reinscreve na compreensão da cultura como significação e daí a complexificação de um processo que não se dá em termos dualistas ou pluralistas, ou seja, regido por uma lógica ou de polarização ou diversidade

apaziguadora, mas, como Bhabha (2001, p. 240) propõe, de um " lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social".

Ao tratar dessa questão Bhabha (2001, p. 240) fornece uma ideia que penso ser potente para pensar o currículo como enunciação cultural: o autor diz que a cultura cria uma textualidade. Essa ideia reafirma o caráter enunciativo da cultura, complexificando o entendimento do que é significado por cultura, desestabilizando a ideia de referentes estabilizados, um "organizado musée imaginaire das culturas nacionais com seus apelos pela continuidade de um "passado" autêntico e um "presente" vivo", escancarando o caráter tradutório, indeterminado, arbitrário da cultura, que se move numa zona fronteira instável de negociação - um espaço híbrido de contingência e indeterminação, que remetem a uma outridade que não pode ser apagada.

Tal formulação, trazida ao campo do currículo, permite o reconhecimento da produção curricular como híbrida, fluida, negociadas no terceiro espaço – esse entrelugar que, nem lá nem cá, desestabiliza, desarticula e rearticula sentidos. Aqui seria possível também alinhar tal perspectiva à dimensão ética: o currículo em sua dimensão de responsividade e responsabilidade. Dialogizado, se mobiliza na resposta, na réplica ao já dito/não dito/ a ser dito; é atravessamento desse espaço-tempo que articula contingencialmente outro. Importante ressaltar que a noção de contingência que é operada a partir de Bhabha (2001) e das perspectivas pós-estruturais afasta-se da compreensão bakhtiniana que, ainda que suas análises ressalte uma temporalidade intersubjetiva que incide sobre a ideia de contingência, essa é por ele localizada no contexto sócio-histórico da enunciação. Não que esse contexto não localize a enunciação, na leitura que Bhabha faz da ideia bakhtiniana chama de "reconhecimento empírico", essa ideia espacializa e estabelece um limite específico de significação. Na perspectiva pós-colonial de matriz pós-estrutural essa ideia é deslocada numa trama cruzada de uma temporalidade iterativa, "toca as fronteiras espaciais pela tangente" (Bhabha, 2001, p. 259), na temporalidade do indecível, uma concepção dupla e disjuntiva do contingente que incide sobre a ideia de agência.

Para Bhabha (2001, p. 264), "é a contingência que constitui a individuação". Há a defesa por uma agência contingente que emerge das reinscrições e negociações de/em

espaços intersticiais que contingencialmente e continuamente movem fronteiras discursivas e constituem um espaço de indecidibilidade. Não há álbi nem lugar seguro: trata-se de movimento que toca contigualmente fronteiras e produz um outro lugar híbrido de produção.

Isso posto, tal acepção ao se infiltrar na teorização curricular - e não uso o verbo de forma aleatória tampouco me refiro a seu sentido figurado, mas remeto ao sentido físico: o entrar pelos poros, interstícios, percorrer brechas e criar outras onde parecia que essas não existiam - "exige que repensemos a lógica de causalidade e determinação através das quais reconhecemos o "político" como uma forma de cálculo e ação estratégica dedicada à transformação social"(Bhabha, 2001, p. 48)

Deslocar essa leitura da contingência para, a partir de então, defender um currículo como produção contingente desafia como pensamos controle e fechamento: formular o fechamento como contingente, que não é conclusão; e de uma agência que emerge do domínio do intersubjetivo, um efeito do coletivo e que quebra com o espelho da representação de um sujeito constituído aprioristicamente.

Daí que a mobilização dessa perspectiva se dá assentada numa perspectiva alteritária, que não nega ou camufla uma outridade. Aqui se articula, nessa trama entrecruzada, as temáticas da cultura e da diferença. É no lócus do outro que a diferença faz mover um processo de deslocamento, tradução e hibridismo - uma demanda por negociação ao invés de negação, de articulação na incomensurabilidade da diferença cultural, tradução que interrompe a idéia de uma continuidade consensual e emerge como processo iterativo e disjuntivo.

O que isso nos diz do currículo? Como isso se dá no lócus do outro? Penso que é no encontro perturbador com o outro que com/na/pela diferença faz ruir imagens de referência e originalidade, uma disjunção negociada, articulada não de forma binária, "dentro-e-como a diferença de um-outro" (Bhabha, 2001, p. 322), no tempo da tradução - performativa, iterativa.

A dimensão alteritária aponta para um horizonte ético-político que sustenta o porvir: o imprevisível, o outro, o ainda não dito e tal acepção dessacraliza o currículo, desloca-o do terreno da mera aplicação técnica, mas evidencia seu caráter enunciativo, produção com

os muitos que ocupam esse território, que estão imersos no seu fluxo, refutando uma transparência discursiva que fundaria a autoridade que permite vislumbrar o currículo como controle/contenção do outro, no caso o outro criança-jovem-adulto indiferenciados na condição de alunos ou do outro professor visto como responsável pela operacionalização desse controle sendo ele também controlado/contido.

É no encontro com a diferença, com esse outro em sua outridade, rompendo com sua objetificação que se abre a possibilidade de pensar currículo como produção contingente, acontecimento. E se o acontecimento é o outro que chega, imprevisível, qualquer pergunta sobre os caminhos possíveis a partir daqui perdem o sentido.

Mais que traçar uma rota, o que me propus ao longo dessa reflexão foi trazer à tona ideias-força que têm me mobilizado nas pesquisas que tenho desenvolvido no campo curricular, assumindo o currículo como produção político-discursiva marcada pela contingência, que demanda outra temporalidade, disjuntiva e performática, numa inscrição alteritária. Um pensamento que me compromete e desafia porque vislumbra o currículo como fechamento provisório, ato tradutório, o desloca do lugar seguro de certezas e determinações, cálculos e previsões, sem certezas cristalizadas, sem amarras numa originalidade suposta, descortina um talvez, que, aliado a um sim, “priva de toda segurança e deixa o por vir ao por vir” (Derrida, 2004, p. 258). O que se desenha é pensar currículo como indecível, sem rota segura, mas como rastros de rastros... sem álibi!

Referências

AMORIM, Marília. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 17-43.

ARÁN, Pampa Olga. A questão do autor em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, p. 4-25, jan./jul. 2014. Número Especial.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakthin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2005. p. 25-36.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BRAIT, Beth (org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- BRAIT, Beth; CAMPOS, Maria Inês. Da Rússia czarista à web. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: e o círculo**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 15-30.
- COSTA, Sergio. Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, fev. 2006.
- DERRIDA, Jacques. **Papel máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Recebido em: 26/02/2026

Aprovado em: 16/05/2026

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 27 - Número 64 - Ano 2026

revistalinhas.faed@udesc.br